



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

CONSELHO DE MINISTROS

SÚMULA DA REUNIÃO DE 7 DE FEVEREIRO DE 1975

Presentes todos os Ministros, à exceção do Ministro dos Negócios Estrangeiros, que se fez substituir pelo Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros. Presentes também os Secretários de Estado da Justiça, do Planeamento Económico e da Comunicação Social.

PLANO ECONÓMICO

Administração Pública

O Ministro Magalhães Mota acha que seria importante relacionar aspectos de Administração Pública com aspectos de política orçamental, que conviria acentuar

./.



aspectos da política de informação do sector público e do controle da Administração Pública pelos particulares, e precisar quais as formas de participação dos trabalhadores da função pública. Saliou que o problema da função dos quadros técnicos dentro da Administração Pública implica aumento de vencimentos e tem de ser aprofundado, e que, por outro lado, as medidas de produtividade devem traduzir-se em diminuição do número de funcionários públicos e serviços, havendo aqui que tomar uma posição que é de ordem administrativa mas também é de ordem política.

## Fundação Cuidar o Futuro

O Ministro da Economia sugere a solução intermédia de os lugares irem sendo extintos à medida que forem vagando.

O Ministro do Trabalho acha que, em primeiro lugar, os serviços devem ser estruturados e depois retirado o pessoal a mais, que poderia ser reconvertido e ocupado em empresas públicas, por exemplo.

O Secretário de Estado da Justiça tem dúvidas sobre se o organismo interministerial em que se pretende centralizar a gestão de todos os sectores do funcionalismo público não será uma estrutura pesada e rígida



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 3 -

*Gabinete do Primeiro Ministro*

para produzir efeitos de racionalização.

Parece-lhe que em cada Ministério deviam estar colocados os centros de decisão concreta e haver um serviço interestatal puramente técnico de consulta rápida para apoio à tomada dessas decisões.

Propõe uma alteração à redacção do fim da página 1, para que em vez da ideia de independência da Administração relativamente ao poder político, ficasse claro que a Administração executa o que o poder político determina sem intervir nas suas decisões.

Acha também que não se devia falar em Governo Provisório mas simplesmente em Governo, uma vez que o período do plano é de 3 anos.

Está de acordo com o Ministro Magalhães Mota quanto ao problema do funcionalismo público.

O Ministro da Administração Interna introduzirá as alterações necessárias para responder aos problemas postos.

#### Política de segurança social

O Secretário de Estado da Justiça felicitou a formulação deste capítulo, pela redacção impecável, equilíbrio, objectivos postos. A única crítica é que pode ser demasiado ambicioso.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 4 -

*Gabinete do Primeiro Ministro*

Teve aprovação generalizada.

### Política da saúde

Depois de um debate em que intervieram o Ministro Magalhães Mota, o Ministro da Educação e Cultura, o Ministro da Economia e o Secretário de Estado da Justiça, a Ministra dos Assuntos Sociais prestou esclarecimentos e disse que fará referência ao aproveitamento a nível nacional do laboratório militar, e respondeu a várias objecções, designadamente as formuladas pelo Secretário de Estado da Justiça quanto à falta de estímulo à enfermagem e outras actividades, ao facto de não se atacar o problema da socialização da medicina, à falta de referência à difusão dos conhecimentos relativamente à população em geral.

O Ministro Álvaro Cunhal pensa que socialização da medicina não é possível com os médicos que temos. Pensa que, se se fosse para uma solução extrema, se paralisaria a medicina, tanto mais que mesmo em países socialistas, com grau muito elevado de socialização da medicina, se voltou à iniciativa do doente na escolha de médico.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 5 -

*Gabinete do Primeiro Ministro*

O Ministro Melo Antunes pensa que o que está no plano pode ser insuficiente mas é suficientemente flexível. E também pensa que vão surgir graves resistências sobretudo por parte dos médicos.

O Ministro da Educação e Cultura pensa que os farmacêuticos, dada a sua preparação, poderiam colaborar de forma relevante no campo da agricultura, análises de águas, etc.

O Ministro Álvaro Cunhal acha que seria bom haver medidas preventivas para não facilitar o sistema de gabinete em que médicos jovens são explorados por médicos de grande nome.

O Ministro da Economia propôs, por razões de normalização, que se diminuisse a orgânica das Secretarias de Estado, como se fez nos outros capítulos.

A Ministra dos Assuntos Sociais terá em consideração as observações feitas para reformulação deste capítulo.

./.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 6 -

*Gabinete do Primeiro Ministro*Política de educação

Na discussão deste capítulo intervieram o Ministro da Economia, o Ministro Magalhães Mota e o Secretário de Estado da Justiça.

Foram sugeridas várias alterações de redacção, umas meramente formais, outras com intuitos de clarificação, e salientada, entre outros aspectos, a conveniência em referir a educação de delinquentes e dar especial atenção ao ensino técnico.

O Ministro da Educação e Cultura tomou nota das sugestões feitas, que serão tomadas em consideração.

Medidas a curto prazo

Foram feitas várias críticas à primeira das medidas a curto prazo - congelamento de salários pelo período de 3 meses nos valores que apresentavam em 31 de Janeiro.

Assim, o Ministro Magalhães Mota entende que o que é importante é ter uma data fixa a funcionar também relativamente a preços.

Pensa que pode ser vantajoso para o processo em curso conseguir fazer de vez em quando esse tipo de travagens que envolvem mais problemas políticos do que económicos.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 7 -

*Gabinete do Primeiro Ministro*

O Ministro Álvaro Cunhal salientou o problema dos preços que aumentam, as situações de vários ramos em que os salários estão em atraso, e o facto de ser mais fácil congelar salários do que preços.

Não sabe quais são as forças políticas e as forças organizadas que podem cobrir esta política. Compreende o travão ao processo inflacionista, mas pensa que um congelamento total é muito arriscado.

O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros teme os efeitos psicológicos da medida, à qual não vê vantagem do ponto de vista económico. Pensa que talvez fosse preferível anunciar no plano que se iria para o congelamento de preços e salários se acaso a movimentação social pusesse em causa o progresso económico.

O Secretário de Estado do Planeamento Económico justificou a escolha do período de 3 meses para manter o congelamento dos preços e salários.

O Secretário de Estado da Justiça informou que o seu Partido dará apoio e cobertura ao programa com todas as suas forças, logo que ele seja adoptado.

O Ministro da Economia pensa que a medida é sobretudo defensável por razões políticas.

*Gabinete do Primeiro Ministro*

Porque não tem sido possível fazer cumprir uma política de rendimentos, uma política global em matéria de preços e outros factores de inflação, é que neste momento conviria dar ao Governo um mínimo de tempo para se preparar para o período post-conjuntura. Esta medida tem aspecto impopular, mas também começam a tê-lo as que se tomam casuisticamente.

Açambarcamento e mercado negro podiam ter surgido desde 25/4. Tem-se conseguido evitá-los. Há até instrumentos que têm permitido intervir ao nível do grossista. Pensa que será possível evitar e debelar tentativas nesse sentido. Está optimista quanto a este ponto.

## Fundação Cuidar o Futuro

O Secretário de Estado do Planeamento Económico é da mesma opinião.

O Ministro do Trabalho concorda com as medidas, mas tem dúvidas quanto à sua oportunidade no momento actual.

O Conselho deliberou, por maioria, manter as medidas previstas quanto a congelamento de salários, tendo em atenção que é necessário congelar também os preços dos produtos essenciais.

*Gabinete do Primeiro Ministro*

Quanto à segunda medida - Criação de um Conselho Nacional de Custo de Vida, não houve qualquer objecção.

Quanto à terceira medida - Instituição de Subsídio de desemprego, a lei está incluída na próxima agenda, e é pacífica a sua manutenção entre as medidas a curto prazo.

A quarta medida - Estruturação do Gabinete de Gestão do Fundo de Desemprego, foi aprovada com introdução de uma nova alínea especificando que o objectivo desta medida é criar emprego e evitar despedimentos.

A quinta medida - Tributação de bens de consumo menos essenciais, foi aprovada.

Quanto à sexta medida - Adopção de medidas destinadas a desincentivar os gastos menos necessários ou de character sumptuario, o Primeiro Ministro acha que deviam combater-se com veemência os gastos com "boites" e outros do mesmo género, centros de luxo, etc.

*Gabinete do Primeiro Ministro*

O Secretário de Estado do Planeamento Económico concorda, sugerindo que se proibam ou se tributem mais.

O Ministro das Finanças acha que se podia incluir essa referência na quinta medida.

O Ministro Magalhães Mota tem dúvidas sobre o interesse em dificultar nos termos previstos as viagens ao estrangeiro, o que pode dar a ideia de que se está a querer fechar fronteiras, além de que os contactos com o estrangeiro têm vantagens.

Em substituição destas medidas, podia antes prever-se a tributação por saída, que lhe parece muito mais eficaz.

O Ministro das Finanças, em princípio, concorda. No entanto, neste momento, na Europa, nenhum país o faz. Fiscalizar bagagens nas alfândegas é um direito que nos assiste, não é exercido e bastaria para eliminar muitas viagens.

O Ministro Magalhães Mota não acha adequado em termos de plano uma medida que já existe e devia ser cumprida.

Foram, no entanto, manifestadas várias opiniões no sentido de que teria efeitos preventivos.

*Gabinete do Primeiro Ministro*

Quanto à medida nº sete - Promulgação de normas relativas à selectividade do crédito dos bancos comerciais, O Ministro Álvaro Cunhal acha que valeria a pena incluir determinadas medidas que estão no plano e são medidas a curto prazo.

Incluir-se-à uma nova alínea.

A oitava medida - Revisão do sistema de crédito a médio prazo, foi aprovada.

## Fundação Cuidar o Futuro

A nona medida - Publicação imediata de legislação restritiva do regime de vendas a prestações, será aditado que só se aplica relativamente a bens supérfluos.

A décima medida - Criação de títulos especiais representativos de dívidas do sector público, foi aprovada com uma alteração proposta pelo Ministro Álvaro Cunhal.



As medidas nºs onze - Concessão de facilidades de redes conto pelo Banco de Portugal a favor de pequenas e médias empresas, construção civil e exportação ,

e doze - Estabelecimento de sanções contra actuações ilegais em instituições de crédito ou parabancárias, empresas seguradoras e empresas imobiliárias que recolham poupança, foram aprovadas, bem como a

nº treze. - Preparação da abertura da Bolsa, depois de discutidas, quanto a esta última, as suas vantagens e desvantagens.

## Fundação Cuidar o Futuro

A décima quarta medida - Introdução de um sistema de registo obrigatório das acções das sociedades, estava já aprovada.

A décima quinta medida - Alteração da tributação sobre sociedades, depois de discutida, manteve-se.



*Subsecretário de Primeiro Ministro*

Quanto à décima sexta medida - Revisão das taxas de sisa e contribuição predial, o Ministro Magalhães Mota acha que, tal como está, pode entender-se que há isenção em todas as operações. Não lhe parece errado. Mas pensa que não deve beneficiar habitações secundárias.

Referir-se-à a caso própria para residência permanente.

A décima sétima medida - Revisão do sistema de declaração de fixação dos rendimentos tributáveis nas profissões liberais, foi aprovada.

A décima oitava medida - Melhoria de mecanismos de cobrança de impostos, taxas e contribuições para a segurança social, também foi aprovada.

A décima nona medida - Criação de um órgão especial de repressão de delitos económicos, manteve-se com substituição na frase "sujeição a rápida homologação dos tribunais" do termo "homologação" por "apreciação" (alínea b).

*Gabinete do Primeiro Ministro*

As medidas nº vinte - Reformulação do direito penal das sociedades,

nº vinte e um - Publicação de legislação e criação de organismos adequados a efectivar a estratégia antimonopolista,

nº vinte e dois - Criação de um organismo de apoio à intervenção do Estado nas empresas,

nº vinte e três - Publicação de legislação, dando poderes ao Governo para impor determinados condicionamentos a empresas de grande dimensão ou posições privilegiadas no mercado

e nº vinte e quatro - Criação do Instituto das Participações Estatais e do Instituto Nacional de Promoção Industrial, estavam aprovadas.

A medida nº vinte e cinco - Concretização da reforma da estrutura agrária, consta de diplomas incluídos na próxima agenda.

A este respeito, o Ministro Álvaro Cunhal propôs que se fizesse referência ao crédito agrícola e às cooperativas, pois estas medidas, sem crédito agrícola, não serão eficazes.

Os Ministros da Economia e das Finanças acham que não há organização institucional para distribuir crédito agrícola a curto prazo.

*Gabinete do Primeiro Ministro*

Não foi considerada a sugestão do Ministro Álvaro Cunhal, que manteve, no entanto, a sua opinião, pois considera que a política de crédito que está a ser seguida actua em sentido contrário ao que se pretende.

A medida nº vinte e seis - Campanha de produção de cereais forrageiros, manteve-se sem especificação do nº de toneladas que se substituiu por "incremento significativo".

A medida nº vinte e sete - Lançamento de programas de florestação, também se manteve, sem a especificação do nº de hectares e dos dispêndios implicados.

As medidas nº vinte e oito - Criação de uma empresa pública para a importação de produtos básicos pesqueiros.

vinte e nove - Lançamento das condições de base para a criação de cooperativas de pescadores artesanais e de apanhadores,

trinta - Negociações com países pesqueiros para o estabelecimento e acordos ou constituição de empresas mistas,

*Gabinete do Primeiro Ministro*

trinta e um - Criação do IAPME,

trinta e dois - Lançamento de um parque industrial na região do centro do País,

trinta e três - Abertura de concursos para instalação de novas indústrias

e trinta e quatro - Lançamento de programas de reorganização e reconversão das indústrias textil e do vidro, foram aprovadas.

A medida nº trinta e cinco - Reestruturação do sector da produção, transporte e distribuição de energia eléctrica, manteve-se com inclusão da referência à refinação dos petróleos.

As medidas nº trinta e seis - Criação de uma empresa de reparações navais,

trinta e sete - Constituição de empresas públicas para a importação de bens essenciais e comercialização de produtos alimentares de primeira necessidade,

trinta e oito - Lançamento de infraestruturas para melhoria e racionalização da comercialização de produtos essenciais,

trinta e nove - Intensificação de medidas de defesa do consumidor,

*Subsistema do Primeiro Ministro*

quarenta - Criação de uma empresa pública de comércio externo

e quarenta e um - Campanha de promoção do turismo interno,

foram aprovadas.

A medida nº quarenta e dois - Incremento da capacidade técnica das autarquias para controle da utilização de terrenos para urbanização, manteve-se com supressão dos nºs indicados, que excedem as verbas do plano.

## Fundação Cuidar o Futuro

A medida nº quarenta e três - Aceleração dos programas da habitação econômica, manteve-se, bem como a medida nº quarenta e quatro - Lançamento de um programa de renovação urbana de áreas degradadas, esta com supressão da referência a montantes.

Manteve-se a medida nº quarenta e cinco - Apoio à expansão do sector de construção civil.

A medida nº quarenta e seis manteve-se apenas quanto à revisão da lei do arrendamento urbano, tendo o Secretário de Estado da Justiça sugerido que se mantivesse a referência ao estabelecimento de critérios que incentivem o investimento e o mercado da habitação.

*Gabinete do Primeiro Ministro*

O Ministro da Administração Interna introduzirá o que no âmbito do esquema da administração regional houver a fazer.

Manteve-se a medida nº quarenta e sete - Progressiva fixação de uma correspondência entre as prestações e as necessidades e estabelecimento de quantitativos mínimos e máximos.

A medida nº quarenta e oito manteve-se, referindo-se que a eliminação das descontinuidades de protecção de inválidos e deficientes será progressiva.

Mantiveram-se as medidas nº quarenta e nove - Redefinição da titularidade do direito a abono de família, respectivas condições de atribuição e montantes,

cinquenta - Criação progressiva de condições de adequação do enquadramento de crianças,

cinquenta e um - Revisão do esquema de pensões de sobrevivência,

cinquenta e dois - Desenvolvimento da protecção da maternidade,

cinquenta e três - Revisão da protecção na incapacidade para o trabalho,

cinquenta e quatro - Continuação do processo de integração nas Caixas distritais e na Caixa Nacional de Pensões de todas as Caixas de actividade e de empresa ,



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 19 -

*Cabinet do Primeiro Ministro*

e cinquenta e cinco - Início do processo de transferência da gestão dos Fundos da Previdência das Casas do Povo para as Caixas Distritais e, para a Caixa Nacional de Pensões.

Quanto à medida nº cinquenta e seis - Localização em zonas habitacionais de centros de medicina de base,

o Ministro Magalhães Mota salientou que não é uma medida a curto prazo.

O Secretário de Estado do Planejamento referiu que no capítulo da saúde do corpo do programa há medidas mais imediatas que esta e as seguintes.

O Ministro da Economia sugeriu que se lance aqui o ataque à colera - medidas preventivas.

O Conselho deliberou retirar as medidas a partir do nº cinquenta e seis, inclusive, porque não são de curto prazo.

O Secretário de Estado da Justiça acha que se deve incluir o seguro automóvel obrigatório, o que o Conselho aceitou.



*Subchefe de Primeiro Ministro*

Terminada a discussão do plano, o Ministro Melo Antunes disse que a ideia era divulgar a versão simplificada, acompanhada de certa publicidade, nos fins da próxima semana.

Fundação Cuidar o Futuro  
O Ministro Magalhães Mota salientou ainda dois pontos que considera importantes: a necessidade de o plano fazer referência à balança de pagamentos, e o facto de o que está previsto em termos de investimento ser insuficiente para dar confiança ao investimento privado, em especial relativamente às pequenas e médias empresas.

Acha que vale a pena encarar o problema e as suas condicionantes, pois a validade das medidas que o Governo põe é muitas vezes posta em causa, e há que ter consciência destes problemas e enfrentá-los.

O Ministro Álvaro Cunhal referiu que há forças políticas que auxiliam a criar esse clima, e salientou que o facto de se ter discutido este plano envolve a necessidade de as forças políticas da coligação trocarem largamente impressões no sentido de trabalhar em conjunto para assegurarem o curso democrático do País.

*Gabinete do Primeiro Ministro*

O Secretário de Estado da Justiça salientou, por sua vez, que um dos acordos fundamentais das forças do Governo neste momento é precisamente este programa.

Fossem quais fossem as posições ao longo desta discussão, é preciso que todas as forças apoiem intensivamente o programa sem subterfúgios e sem ambiguidades.

O Secretário de Estado do Planeamento Económico disse que o aspecto que acaba de ser apontado é fundamental para os independentes na coligação, porque muitos problemas que se põem são problemas políticos, e sem a resolução desses problemas o plano não terá a eficácia que se pretende.

Acha que os Ministros que não representam partidos também não devem deixar de participar nessa discussão tão fundamental para as políticas que conduzem. Salientou a necessidade de dar seguimento a trabalhos em curso, que envolvem um conjunto de pessoas que se sentem neste momento um pouco desmotivadas e referiu que vai propor um esquema de continuidade para esses trabalhos.

O Ministro da Justiça congratula-se por se ter concluído este trabalho notável.

*Gabinete do Primeiro Ministro*

Sauçoua a equipe que o elaborou.

Quanto às convergências e divergências, também acha que é imprescindível que haja conversas entre os partidos e o MFA, com vista a uma verdadeira unidade e não a uma sobreposição. Reafirmou o desejo de que todas as divergências sejam objecto de uma apreciação feita o mais rapidamente possível.

Quanto aos Ministros independentes, pensa que o Primeiro Ministro organizará a melhor forma de se processar a sua intervenção.

O Ministro do Trabalho referiu que convém fazer um inventário de todos os projectos que existem e se podem incluir neste plano, para absorver o excedente de mão-de-obra, evitar que a crise se agrave, e utilizar os meios da economia nacional.

O Ministro da Economia salientou que nunca poderia estar em causa que as decisões finais não fossem tomadas neste colégio, até para que os Ministros independentes não sejam meros executores de uma política de cuja definição estejam alheios.

É aqui e não a outros níveis e em antecipação às decisões aqui tomadas que os problemas devem ser debatidos.

Pensa, pois, que a linha de colegialidade que deve ser dominante no seio deste Governo deverá ser retomada.

Depois da Ordem do Dia1. Concessão de um aval do Estado à firma Simões & Ca.

O Ministro das Finanças pôs o problema de um aval do Estado a favor da firma Simões & C.a, cuja situação consta de um documento que leu, para que possa pagar aos trabalhadores que já não recebem há dois meses.

A C.G.D. já fez vários empréstimos a essa firma. Mas só considera o que agora pretendem (5 000 contos) se houver aval do Estado.

Está-se a proceder ao inquérito que o Decreto-Lei nº 660/74 exige, mas esse inquérito só estará concluído na próxima 5.a - feira.

Não há, pois, ainda indicações seguras sobre a viabilidade da empresa. Parece que a gerência é ineficaz, e que a firma precisava de aumentar o capital, mas os interesses dizem que ela é rentável.

Tem-se dado avales em grande quantidade. Não lhe repugna muito que este seja concedido. Mas não se sente com capacidade legal para o conceder sozinho. Por isso traz o assunto a Conselho.

O Ministro da Economia também não tem parecer definitivo da Secretaria de Estado da Indústria e Energia.

O Ministro do Trabalho informou que a empresa, se falir, arrasta consigo várias outras empresas que es-



*Gabinete do Primeiro Ministro*

tão directamente ligadas, com um total muito numero  
so de trabalhadores.

A gestão é deficiente. Mas parece que há viabili  
dade económica.

O Ministro da Economia disse que é difícil tomar po  
sição sem se estar de posse dos necessários elemen  
tos.

## Fundação Cuidar o Futuro

O Ministro da Justiça também referiu que o Conselho  
não está habilitado a pronunciar-se.

O Ministro Álvaro Cunhal informou tratar-se de uma  
velha empresa com grandes tradições em Portugal, tão  
tradicional que o velho industrial responsável não  
percebeu o que se estava a passar.

Os operários, muito activos, têm estudado as possi  
bilidades de viabilidade da empresa, em cuja manu  
tenção estão interessados. Acha que devem ser ouvi  
dos no inquérito. Julga que a gerência não irá con  
tra uma certa gestão dos trabalhadores.

O Estado tem ajudado muitas situações difíceis. Pen  
sa que valia a pena fazer um esforço no sentido de  
ajudar esta também, embora possa não haver segurança.



O Primeiro Ministro pensa tratar-se de um problema humano, pela maneira como foi posto.

O Ministro Magalhães Mota reconhece que o acrescimento deste tipo de intervenções é um problema sério.

No entanto e em relação a este caso particular há dois factores importantes: tratar-se de uma empresa muito antiga e com condições especiais dentro do sector, e não ser muito elevado o montante que está em causa.

Do ponto de vista social e da importância que possa ter, é diferente de outras decisões deste tipo que se tem tomado.

Mantem a posição que sempre tem assumido, mas sente-se inclinado a conceder este aval.

O Conselho manifestou consenso em aceitar que o aval fosse concedido.

## 2. Problema do Ministério das Finanças

O Ministro das Finanças chamou a atenção do Conselho para o facto de todos os problemas caírem no seu Ministério.

Referiu toda uma série de problemas de vária ordem que envolvem despesas enormes. Informou que o déficit cresce constantemente. Reafirmou que no estado actual da economia portuguesa não se deve ter medo do déficit orçamental. Mas que ele devia resultar do aumento de in-

*Gabinete do Primeiro Ministro*

vestimento e resulta do aumento de consumo.

Relatou vários contactos que confirmam as suas preocupações. E salientou que todos estes problemas impedem que o trabalho do Ministério se processe com a necessária eficácia.

O Ministro da Economia disse que parte dos assuntos referidos passam pelo Ministério da Economia. Mas como são problemas financeiros não os pode resolver. A instabilidade das empresas e o problema do saneamento foram-lhe apontados na Noruega. Já tem havido também ocupações em serviços públicos.

É preciso fazer uma análise global e encontrar soluções políticas.

O Ministro Álvaro Cunhal, no que respeita às várias ocupações, acha que têm explicação diferente, pois muitas vezes não se trata de ocupação de greve, mas de tentativas de assegurar o funcionamento das empresas. Acha por isso que as situações devem ser avaliadas tendo em conta que não são todas iguais. Quanto ao mais, concorda com o Ministro das Finanças. Se não são tomadas medidas, ficar-se-á à beira de um colapso financeiro.



*Gabinete do Primeiro Ministro*

3. Protocolo da viagem do Ministro da Economia à Noruega

O Ministro da Economia chamou a atenção do Conselho para o significado político da garantia constante do protocolo que distribuiu e informou que vão ser incluídas mais três marcas de vinho portuguesas no mercado norueguês, o que é significativo do empenho do Governo Norueguês em ajudar a jovem democracia portuguesa.

4. Nomeação de guardas prisionais

O Secretário de Estado da Justiça expos a situação existente nos serviços prisionais comuns, cujos guardas estão a prestar apoio efectivo às Forças Armadas, havendo, além disso, muitas vagas a preencher, pois antes da equiparação dos guardas prisionais aos da PSP muitos saíram.

É absolutamente necessário preencher as referidas vagas, sob pena de o serviço de guarda às cadeias não poder ser assegurado.

Acontece que o decreto-lei nº 324/74, de 10 de Setembro, proíbe quaisquer promoções, que só podem ser decididas por resolução do Conselho de Ministros.

No sentido de resolver este problema elaborou uma resolução que leu e pediu ao Conselho que aprovasse.

O Ministro das Finanças lembrou o excesso de funcionários que é preciso suportar.



*Gabinete do Primeiro Ministro*

O Secretário de Estado da Justiça referiu que o problema é que as pessoas em causa têm o estágio feito.

Depois de nova intervenção do Ministro das Finanças, o Ministro Magalhães Mota propôs que seja fornecida informação sobre quantos foram admitidos para o estágio, quantos o fizeram, quantos foram aprovados e qual é o encargo que envolvem.

O Ministro Vitor Alves sugeriu que fossem soldados desempenhar essas funções e o Ministro da Justiça aceitará de bom grado essa solução.

## Fundação Cuidar o Futuro

O Ministro da Economia acha que para os guardas que têm o estágio feito, há um compromisso, pelo que, para estes, que deve considerar-se o problema resolvido, embora para o futuro as soluções sejam outras.

Houve consenso do Conselho no sentido de aprovar a resolução.

### 5. Substituição da administração da C.T.M.

O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente expôs a situação da administração da C.T.M., propondo a sua substituição integral, uma vez que não constitui equipa em condições de desempenhar tais funções, tanto mais que a empresa é muito importante.



Se em inquérito a realizar se demonstrar que a administração não tinha culpas, isso será então esclarecido.

Hã três propostas para um espécie de comissão administrativa. Não conhece as pessoas, mas também não conhece outras. Acha que a administração deve ter pessoas de muito alto nível, mesmo que seja preciso retirá-las de outros postos.

O Secretário de Estado da Marinha Mercante deu informação a respeito das pessoas indicadas:

Dr. Antônio Mattias Fernandes

- Dr. Manuel de Oliveira e Silva Rebelo Hespanha
- Com. José Carlos Pires Monteiro
- Dr. Fernando Figueiredo

Falta um 5º elemento para o pelouro do pessoal.

O Ministro Álvaro Cunhal lembrou que os trabalhadores há muito advertiam de todos os aspectos da situação. Acha lamentável que a questão só apareça com a gravidade que tem depois da fuga de um administrador.

Referiu que uma vez mais se vai para a situação de nomear administração ignorando os trabalhadores.

Pensa que seria conveniente ouvir os trabalhadores, que podem talvez indicar pessoas capazes, conhecedoras da empresa, preparadas para assumir as funções, pois se trata de uma situação que merece estudo muito atento no qual os trabalhadores certamente



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 30 -

*Subscrevi de Primeiro Ministro*

gostariam validamente de colaborar.

O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente disse que foram dadas instruções nesse sentido.

O Secretário de Estado da Marinha Mercante informou que, devido ao processo mais do que errado como foi feita a fusão da Companhia, os trabalhadores estão num estado de desunião que dificulta uma solução desse gênero. A situação é péssima, já o era. A administração, em vez de a melhorar piorou-a. Está convencido de que os trabalhadores colaborarão com a comissão administrativa que for nomeada, desde que, ao contrário do que fez a anterior administração, ela aceite essa colaboração.

O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente de momento, pretende apenas que sejam nomeadas as três primeiras pessoas referidas.

O Conselho aprovou.

6. O Primeiro Ministro informou o Conselho de que a Frelim adoptou imediatamente o Decreto-Lei nº 660/74, em Moçambique.

./.



7. Tolerância de ponto na terça-feira de Carnaval

O Ministro Vitor Alves perguntou se o Conselho concordava que se desse na terça-feira a habitual tolerância de ponto.

O Conselho deliberou que haja tolerância de ponto da parte da tarde.

Fundação Cuidar o Futuro